

Texto, Discurso e Interpretação

MAINGUENEAU, D. Análise de textos de comunicação. 2.ed. São Paulo, Cortez, 2002.

ORLANDI, E. Discurso e texto: formulações e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

6

MÍDIUM* E DISCURSO

1. Uma dimensão essencial

O suporte não é acessório

Vimos que é necessário reservar um lugar importante ao modo de *manifestação material* dos discursos, ao seu *suporte*, bem como ao seu modo de difusão: enunciados orais, no papel, radiofônicos, na tela do computador etc. Essa dimensão da comunicação verbal foi durante muito tempo relegada a segundo plano. Estávamos habituados, especialmente nos estudos literários, a considerar o texto como seqüências de frases dotadas de sentido, indiferentes a seu mídiu(m). Hoje, estamos cada vez mais conscientes de que o mídiu(m) não é um simples “meio” de transmissão do discurso, mas que ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer. O mídiu(m) não é um simples “meio”, um instrumento para transportar uma men-

* Na tradução do *Curso de Midiologia Geral* (Vozes, 1993), obra de R. Debray citada por D. Maingueneau, fala-se de *médiu(m)* (pl. *médiu(m)s*) para se fazer referência às *mediações* pelas quais uma idéia se torna força material. Nesse sentido, o termo distingue-se de *mass media*: a(s) mídia(s) designa(m) “apenas um prolongamento particular, tardio e invasor” das referidas mediações. Em nossa tradução, pareceu-nos recomendável a forma *mídiu(m)* (pl. *mídiu(m)s*) pelas seguintes razões: por analogia à forma já consagrada *mediologia*; pela existência de *médiu(m)*, forma já dicionarizada para se referir a outro conceito. (N.T.)

sagem estável: uma mudança importante do mídiun modifica o *conjunto de um gênero de discurso*.

Foi sobretudo com a chegada dos mídiuns audiovisuais e o desenvolvimento da informática que tomamos consciência desse papel crucial do mídiun. Eles revolucionaram efetivamente a natureza dos textos e seu modo de consumo. Seu surgimento provocou uma ruptura com a civilização do livro, que trazia em si toda uma concepção do sentido. Revolução que teve também como efeito uma melhor conscientização da especificidade do oral e das modificações anteriormente introduzidas pela escrita e pela imprensa.

Um dispositivo comunicacional

Quando tratamos do mídiun de um gênero de discurso, não basta levar em conta seu suporte material no sentido estrito (oral, escrito, manuscrito, televisivo etc.). É necessário também considerar o conjunto do circuito que organiza a fala. A comunicação não é, com efeito, um processo linear: inicialmente, uma necessidade de se exprimir por parte do enunciador; a seguir, a concepção de um sentido; depois, a escolha de um suporte e de um gênero; posteriormente, a redação; a seguir, a busca de um modo de difusão; finalmente, o hipotético encontro com um destinatário. Na realidade, é necessário partir de um *dispositivo comunicacional* que integre logo de saída o mídiun. O modo de transporte e de recepção do enunciado condiciona a própria constituição do texto, modela o gênero de discurso. Muitas mutações sociais se manifestam por meio de um simples deslocamento “midiológico” (= relativo ao mídiun): quando casais em dificuldade discutem em um *talk-show* na televisão, em vez de se expressarem no consultório de um psicólogo, não se trata apenas de uma simples troca de lugares e de canal; toda uma transformação da sociedade aí se encontra implicada. Uma sociedade, repetimos, não se distingue das formas de comunicação que ela torna possíveis e que a tornam possível.

Um exemplo

Consideremos o caso de uma reunião eleitoral na França do século XIX. Ela se realiza num salão de festas, na sala reservada de um café ou na praça de um vilarejo. Os participantes saíram de casa para ouvir o

do sujeito que lê. A textualidade é feita desses gestos. Estão assim articulados os gestos de interpretação, que correspondem a pontos de subjetivação, e a formulação.

Uma das maneiras de se compreender a interpretação é observar a relação do sujeito-autor com a textualização do discurso.

Explicitar os mecanismos de produção de sentidos inscritos no texto é uma maneira de tornar visível o modo como a exterioridade (sujeito, história) está presente nele, é trabalhar sua historicidade.

TEXTO/DISCURSO

O texto, como já dissemos, é a unidade de análise. Para o leitor, é a unidade empírica que ele tem diante de si, feita de som, letra, imagem, seqüências com uma extensão, (imaginariamente) com começo, meio e fim e que tem um autor que se representa em sua unidade, na origem do texto, “dando”-lhe coerência, progressão e finalidade.

No entanto, se vemos no texto a contrapartida do discurso – efeito de sentidos entre locutores – o texto não mais será uma unidade fechada nela mesma. Ele vai-se abrir, enquanto objeto simbólico, para as diferentes possibilidades de leituras que, a meu ver, mostram o processo de textualização do discurso que sempre se faz com “falhas”, com “defeitos”. Isso mostra, por sua vez, a relação da língua com a história, que não é perfeitamente articulada, resultando de um jogo da língua sobre a própria língua, face a sua inscrição na história. É por isto que dizemos que o equívoco é constitutivo da discursividade, ou seja, o equívoco é a inscrição da falha da língua na história.

O que proponho pensar é que, na textualização do discurso, há uma distância não preenchida, há uma incompletude que marca uma abertura do texto em relação à discursividade. A multiplicidade de leituras, vista a partir dessa relação “imperfeita” do texto com a discursividade, deixa de ser algo psicológico, da vontade do sujeito, e passa a ter uma materialidade: a textualidade, enquanto matéria discursiva, dá ensejo a várias possibilidades de leituras. Como a discursividade, repetimos, se textualiza com falhas, há textos que expõem mais o sujeito aos efeitos da discursividade, face à abertura do simbólico, e, outros, menos. Isso constitui o(s) efeito(s)-leitor.

Nesse sentido é que temos afirmado que o texto pode ser considerado como uma “peça” no sentido de engrenagem. É uma peça que tem um jogo, jogo que permite o trabalho da interpretação, do equívoco. Há um espaço simbólico aberto – possibilidade do sujeito significar e se significar indefinidamente – que joga no modo como a discursividade se textualiza. A leitura trabalha, realiza esse espaço, esse jogo do sentido (memória) sobre o sentido (texto, formulações), conformando essas relações.

A leitura é assim concebida como trabalho simbólico, tendo em sua base a variação assim como o texto comporta sempre outras formulações. Sob esse aspecto podemos dizer que tanto quanto para a autoria há versões de leitura possíveis. A leitura é a aferição de uma textualidade no meio de outras possíveis.

Falando da função-autor tenho dito que ela constrói uma relação organizada – em termos de discurso – produzindo um efeito imaginário de unidade (com começo, meio, progressão, não contradição e fim). E a isto chamo textualidade. Toda vez que tenho isso, tenho a função autor, colocando imaginariamente o sujeito na origem do sentido e sendo responsabilizado pela sua produção. Faz parte, como sabemos, de nossa ideologia, que o sujeito seja responsável pelo que diz¹. Do ponto de vista da variação, ainda que o sujeito repita o mesmo, já é outro texto, outra formulação, mesmo que não mude a posição do sujeito em relação à ideologia. Embora, sem dúvida, as versões mostrem uma relação que não é rígida nem definitiva com as formações discursivas: as margens das diferentes versões exibem difíceis limites fluidos e cambiantes na relação das formações discursivas. Também no plágio se mantém a função discursiva da autoria pois o sujeito que plagia é ainda um sujeito.

Estou chamando de variação o princípio segundo o qual todo texto tem pontos de deriva possíveis, deslizamentos que indicam diferentes possibilidades de formulação. Há textos possíveis nas margens do texto. Desse modo, se temos, de um lado, a função-autor como unidade de sentido formulado, em função de uma imagem de leitor virtual, temos, de outro, o efeito-leitor como unidade (imaginária) de um sentido lido. Tanto a função-autor como o efeito-leitor atestam que no discurs-

Interpretação

Orlandi (2008)

ANÁLISE DE DISCURSO E INTERPRETAÇÃO

PRESSUPOSTOS

Este tema foi objeto de um livro que escrevi (E. Orlandi, 1996) objetivando explicitar o lugar da interpretação na análise de discurso. Neste capítulo retomo este tema naquilo que ele tem de útil na compreensão da relação discurso/texto.

A noção de interpretação passa por evidente quando, na realidade, cada teoria lhe dá um sentido diferente de acordo com os diferentes métodos praticados.

Partirei de três pressupostos: a. não há sentido sem interpretação; b. a interpretação está presente em dois níveis: o de quem fala e o de quem analisa, e c. a finalidade do analista de discurso não é interpretar mas compreender como um texto funciona, ou seja, como um texto produz sentidos. É preciso lembrar que nesta filiação teórica não há sentido em si, o sentido sendo definido como “relação a” (Canguilhem, 1976).

Como a interpretação tem uma relação fundamental com a materialidade da linguagem, as diferentes linguagens significam diferentemente: são assim distintos gestos de interpretação que constituem a relação com o sentido nas diferentes linguagens. Aqui, limitar-nos-emos à linguagem verbal.

A incompletude é característica de todo processo de significação. A relação pensamento/linguagem/mundo permanece aberta, sendo a interpretação função dessa incompletude, incompletude que consideramos como uma qualidade e não um defeito: a falta, como temos dito em abundância, é também o lugar do possível na linguagem. É isto que chamamos “a abertura do simbólico”, à qual juntamos o fato de que a questão do sentido é uma questão que não se fecha pois é uma questão filosófica (P. Henry, 1981). Em outras pa-

lavras / o sentido é o ponto nodal em que a Lingüística tem a ver com a Filosofia e as Ciências Sociais (M. Pêcheux, 1975).

Uma conseqüência desta abertura – apesar do fantasma de um fechamento sobre um objeto total – é a dispersão inevitável das ciências humanas e sociais, pelo próprio fato de que essas ciências são afetadas necessariamente pela incompletude própria ao sujeito e à linguagem. Situando a Análise de Discurso em relação a esta dispersão e ao campo da Lingüística, em meu trabalho, a dispersão e a incompletude são tratadas nos limites moventes e tensos entre paráfrase e polissemia, os dois eixos que sustentam o funcionamento da linguagem e que constituem o movimento contínuo da significação entre a repetição e a diferença. Entretanto, como veremos mais adiante, não é porque o processo de significação é aberto que não seria regido, administrado. Ao contrário, é justamente pela abertura que há determinação: lá onde, a língua, passível de jogo (ou afetada pelo equívoco) se inscreve na história para que haja sentido. O que chamamos discursividade é justamente a inscrição dos efeitos da língua na história (cf. abaixo a definição de discursividade por M. Pêcheux). É neste sentido que a análise de discurso trabalha a relação da língua com sua exterioridade. Estas considerações preparam o deslocamento do modo como foi tratada a ideologia, e a questão da interpretação, tal como a concebemos, trabalha este deslocamento.

A QUESTÃO

A Análise de Discurso francesa, que tem sua origem nos anos 60, surge em um contexto intelectual afetado por duas rupturas. De um lado, com o progresso da Lingüística, era possível não mais considerar o sentido apenas como conteúdo. Isto permitia à análise de discurso não visar o que o texto quer dizer (posição tradicional da análise de conteúdo face a um texto) mas como um texto funciona. De outro, nesses mesmos anos, há um deslocamento no modo como os intelectuais encaram a “leitura”. Este fato pode ser pensado a partir de trabalhos como os de Althusser (Ler Marx), de Lacan (a leitura de Freud), de Foucault (a Arque-

ologia), de Barthes (a relação leitura/escritura). Há o que designo como suspensão da noção de interpretação. A leitura aparece não mais como simples decodificação mas como a construção de um dispositivo teórico. Pensando-se em termos de arquivo, eu diria que a ciência também passa a pensar (a construir) seus arquivos, suas maneiras de ler. A noção de “dispositivo” tem, para mim, um sentido preciso que leva em conta a materialidade da linguagem, isto é, sua não-transparência e coloca a necessidade de construir um artefato para ter acesso a ela, para trabalhar sua espessura semântica – lingüística e histórica – em uma palavra, sua discursividade. Reconhece-se a impossibilidade de se ter acesso a um sentido escondido em algum lugar atrás do texto. A questão do sentido torna-se a questão da própria materialidade do texto, de seu funcionamento, de sua historicidade, dos mecanismos dos processos de significação. A Análise de Discurso é a disciplina que vem ocupar o lugar dessa necessidade teórica, trabalhando a opacidade do texto e vendo nesta opacidade a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique. A idéia de funcionamento supõe a relação estrutura/acontecimento (M. Pêcheux, 1988), articulação do que é da ordem da língua e do que deriva de sua historicidade, relação entre o que, em linguagem, é considerado estável com o que é sujeito a equívoco.

A análise de discurso ocupa assim esse lugar em que se reconhece a impossibilidade de um acesso direto ao sentido e que tem como característica considerar a interpretação como objeto de reflexão. Ela se apresenta como uma teoria da interpretação no sentido forte. Isto significa que a análise de discurso coloca a questão da interpretação, ou melhor, a interpretação é posta em questão pela análise de discurso. Assim como os sentidos são uma questão aberta (não temos acesso ao sentido enquanto tal, e, além disso, ele não se fecha pois nesta filiação teórica não há sentido em si) do mesmo modo, penso, a interpretação não se fecha. Temos a ilusão de seu fechamento quando em realidade

estamos nos efeitos dessa ilusão. Neste sentido, a questão da interpretação é uma questão datada. Não a encontramos como tal no século XVII, nem mesmo no século XVIII. E, sem dúvida, o desenvolvimento da Lingüística e da Psicanálise contribuíram para seu questionamento. O que faz efetivamente a Análise de Discurso: ela interroga a interpretação.